

A importância do controle interno nos estoques em micro e pequenas empresas do ramo calçadista no centro comercial da cidade de Dourados, MS

The importance of internal control in stocks in micro and small enterprises in the footwear industry trade center city of Dourados, MS

Elisangela Aparecida Gomes¹
Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira²

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: gomes_elis_angela@hotmail.com

Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora Assistente na Faculdade de Administração, Contábeis e Economia – FACE/UFGD. E-mail: marianogueira@ufgd.edu.br

RESUMO ABSTRACT

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a importância do Controle Interno nos Estoques em micro e pequenas empresas do ramo calçadista na cidade de Dourados, MS. Caracteriza-se como exploratória, quanto ao objetivo, pois tem a finalidade de proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; quanto aos procedimentos, caracteriza-se como bibliográfica e de levantamento ou *survey*; também se caracteriza quanto à abordagem do problema como qualitativa e quantitativa. Foram utilizados questionários contendo perguntas abertas e fechadas, num total de 27 questões, tendo sido este adaptado de Sá (2007), como sugestão para auditoria de controle interno para estoques. A pesquisa foi realizada sob a forma de acessibilidade de informações junto às empresas do ramo calçadista com localização no centro comercial da cidade de Dourados, MS. Pela análise dos dados, constatou-se que a prática nas empresas não está totalmente de acordo com o que a teoria afirma ser um correto controle de estoques.

This research aimed to investigate the importance of Internal Control in the Stocks in micro and small enterprises in the footwear industry in the city of Dourados, MS. It is characterized as exploratory, as the goal, since aims to provide more information about a particular subject, as to the procedures and is characterized as a bibliographic survey or survey, also characterized as to approach the problem as a qualitative and quantitative. We used questionnaires containing open and closed questions, a total of 27 questions, and this was adapted from Sá (2007), as a suggestion to audit internal control for stocks. The survey was conducted in the form of accessibility of information from the companies in the footwear industry with location in the commercial center of Dourados, MS. For the data analysis it was found that practice in companies is not fully agree with what the theory claims to be a correct inventory control.

PALAVRAS-CHAVE KEY WORDS

controles de estoques
empresas
auditoria interna

*inventory controls
Companies
internal audit*

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a importância do controle interno nos estoques em micro e pequenas empresas do ramo calçadista no centro comercial da cidade de Dourados, MS, tendo em vista que, segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, as pequenas e as microempresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no Brasil (SEBRAE, 2005).

Os estoques são considerados como o ativo mais importante do capital circulante das empresas (IUDÍCIBUS et al., 2010) e, de acordo com pesquisa publicada pelo Sebrae (2011) sobre a sobrevivência das empresas, a qual mostra que uma das causas de mortalidade é a má gestão empresarial, encontra-se a falta de controles eficientes dos estoques.

Em 1984, a Lei n. 7.256/84, regulamentada pelo Decreto n. 90.880/85, criou a categoria de microempresa. Essa lei estabelecia para a microempresa um tratamento privilegiado como forma de reconhecer e afirmar a importância dessa categoria de empresa para o desenvolvimento nacional.

A Lei n. 9.317/96 (BRASIL, 1996), que aprovou o Simples, trouxe benefícios à microempresa no que diz respeito à tributação, pois reduziu a carga tributária federal, simplificou a forma de recolhimento desses tributos, a declaração de ajuste anual e a escrituração fiscal das empresas enquadradas nesse sistema.

Diante do exposto, formulou-se a seguinte questão como problema desta pesquisa: como as micro e pequenas empresas do ramo calçadista situadas no centro comercial da cidade de Dourados, MS efetuam o controle interno dos seus estoques?

O trabalho estruturou-se por meio de capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução, definição do problema, os objetivos e a justificativa. No segundo capítulo, é feita a fundamentação teórica em que se escreve sobre a contabilidade, auditoria, controle interno e microempresa para contextualização da pesquisa. E, no terceiro capítulo, é descrita a metodologia utilizada no trabalho. No quarto capítulo, são conhecidos os dados da elaboração da pesquisa, bem como a análise efetuada para obtenção da resposta do problema proposto. E por último é feita a conclusão.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Beuren (2010, p. 56) afirma que “pela leitura do material bibliográfico, é preciso definir a linha teórica que coaduna com os pontos de vista do pesquisador” e ressalta que “é preciso proceder à adequação do marco teórico referencial ao esclarecimento dos fatos que a pesquisa se propõe esclarecer”.

Dessa forma, procedeu-se a uma revisão bibliográfica a fim de dar suporte à resolução das questões e objetivos propostos. Primeiramente, será apresentado o conceito de contabilidade, auditoria e as diferenças entre auditoria interna e externa. Em seguida será tratado o conceito de controle e controle interno, tipos de controle, características de um eficiente sistema de controle interno, finalidades e avaliação do controle interno e limitações do controle interno. Finalizando, discutir-se-á sobre os estoques e microempresa.

1.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões (MARION, 2008).

O governo utiliza-se da Contabilidade para arrecadar impostos e assim a tornou obrigatória para a maioria das empresas; entretanto a função mais importante da Contabilidade é auxiliar as pessoas a tomarem decisões e não como ferramenta para arrecadar impostos (MARION, 2008).

A esse respeito Franco e Marra (2009, p. 25) escrevem que “o objeto da contabilidade é o patrimônio administrável sobre o qual ela fornece as informações necessárias à avaliação da riqueza e dos resultados produzidos por sua gestão”.

1.2 CONCEITO, DEFINIÇÃO E ORIGEM DA AUDITORIA

Auditoria é um termo que se da à técnica pela qual são realizados exames dos registros e das demonstrações contábeis para se verificar a autenticidade das mesmas (CREPALDI, 2009).

Segundo Attie (2010, p. 5), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Para Crepaldi (2009, p. 3), auditoria pode ser definida como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

A auditoria surgiu da necessidade de comprovação da autenticidade das demonstrações financeiras quando do aparecimento de grandes empresas e do imposto de renda, uma vez que a fazenda pública queria ter a certeza da exatidão dessas demonstrações para fim de recebimento desse imposto e para proteger os investidores que tinham parte do capital dessas grandes empresas. Surgiu na Inglaterra, que possuía grandes companhias de comércio e também praticava a taxaço sobre a renda (FRANCO; MARRA, 2009).

1.2.1 Auditoria interna e externa

Quanto à forma de intervenção, classifica-se a auditoria em interna e externa. Auditoria interna é a tarefa de inspeção dos controles internos para verificar se estes são realizados em conformidade com a política da entidade de forma a prestar serviço à administração.

Para Crepaldi (2009), auditoria interna é a que tem por objetivo examinar se os controles internos são feitos de forma íntegra, adequada e eficaz na entidade.

Auditoria externa é uma investigação que o profissional auditor independente faz em entidade alheia, para emitir parecer de que todos os procedimentos contábeis e financeiros estão ou não de acordo com as normas aplicadas à contabilidade.

O CFC (2003) conceitua a auditoria externa como sendo:

[...] conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, à legislação específica.

Pode-se demonstrar as diferenças entre auditor interno e auditor externo no Quadro n. 1:

AUDITOR INTERNO	AUDITOR EXTERNO
- É empregado da empresa auditada;	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Executa auditoria contábil e operacional;	- Executa apenas auditoria contábil;
- Os principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> • verificar se as normas internas estão sendo seguidas; • verificar a necessidades de aprimorar as normas internas vigentes; • verificar a necessidade de novas normas internas; • efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis; 	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	- Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Quadro 1 - Principais diferenças entre o auditor interno e o auditor externo

Fonte: Almeida (2010, p. 6)

Assim, o próximo tópico abordado versará sobre os controles, como um item essencial dentro da auditoria interna e da gestão administrativa.

1.3 CONTROLE

Segundo Atkinson (2008, p. 581), “controle é o conjunto de métodos e ferramentas que os membros da empresa usam para mantê-la na trajetória para alcançar seus objetivos”.

Para Silva (2006, p. 97), “controle é o processo administrativo que consiste em verificar se tudo está sendo feito de acordo com o que foi planejado e as ordens dadas, bem como assinalar as faltas e os erros, a fim de repará-los e evitar sua repetição”.

Já Maximiano (2004, p.190) entende que “controle é o processo de produzir e usar informações para tomar decisões, sobre a execução de atividades e sobre objetivos”.

Também pode ser conceituado de acordo com Equipe de Professores da FEA/USP (2006, p. 24) “como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração”.

Portanto, na visão dos autores, presume-se que o controle é uma ferramenta essencial para ajudar a administração da empresa a chegar a seus objetivos.

1.3.1 Controle interno

Se tomarmos em conta a evidente falibilidade humana, impõe-se a introdução de sistemas de controle adaptados às diferentes situações de problemática social (COLELLA, 1986).

Controle interno é a averiguação dos procedimentos administrativos e contábeis para saber se estes estão de acordo com as normas da entidade e dos Princípios e Normas da Contabilidade (FRANCO; MARRA, 2009).

Segundo Crepaldi (2009, p. 349), “quando se examinam os controles internos de uma empresa, está-se analisando a ‘organização dos controles’ e também a ‘execução’ deles”.

Almeida (2010, p. 42) define como sendo “o conjunto de procedimentos métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios”.

O controle interno tem que fazer parte dos processos administrativos e contábeis, para garantir que os objetivos dos trabalhos estejam sendo cumpridos. Existem setores que estão mais sujeitos a irregularidades nas entidades, tais como compras, vendas, contas a pagar e receber, folha de pagamento, estoque de mercadorias e financeiro, e os controles buscam identificar e prevenir essas irregularidades (SÁ, 2007).

Assim tem-se, baseado nos conceitos apresentados pelos autores, que, para um bom funcionamento dos processos administrativos e

contábeis, é preciso um sistema de controle interno eficaz e que atenda as necessidades particulares de cada entidade.

1.3.2 Tipos de controles

Os controles estão divididos em dois grupos: os administrativos e os contábeis; os administrativos dizem respeito aos processos administrativos operacionais da entidade, fiscalização e vigilância dessas atividades operacionais (CREPALDI, 2009).

Na visão de Crepaldi (2009, p. 357), os controles administrativos compreendem o “...plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa bem como a seus registros financeiros”

Ainda segundo Crepaldi (2009, p. 357), os controles compreendem: “Normas salutaras, que observam práticas saudáveis aos interesses da empresa [...] e Pessoal qualificado, que estejam aptos a desenvolverem suas atividades bem instruídos por seus responsáveis”.

Já para Sá (2007, p.106), “os controles contábeis se relacionam diretamente com a rotina contábil, patrimônio, registros e demonstrações”.

A respeito dos controles contábeis, Crepaldi (2009, p. 357) escreve “compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para salvaguardar o patrimônio e a propriedade dos itens que o compõem.

1.3.3 Características de um eficiente sistema de controle interno

Os elementos básicos que contribuem e identificam um bom sistema de controle interno são (COLELLA, 1986, p. 5):

- políticas e procedimentos claramente determinados que levam em conta as funções de todos os setores da organização;
- um organograma adequado onde a linha de autoridade e consequente responsabilidade sejam definidas entre os diversos departamentos, chefes, encarregados de setores, tendo-se em conta a necessária segregação de funções;
- empregados com um grau de qualificação e habilidade para o cargo que ocupam;

- a certeza de que as normas estabelecidas estão sendo bem executadas.

Dessa forma, tem-se que segregação de funções é uma das mais importantes características do controle interno, pois compreende a não acumulação de várias atividades que possam ser passíveis de fraude.

1.3.4 Finalidade e limitações do controle interno

A finalidade dos controles internos é ajudar a administração a obter os resultados esperados, por meio de vigilância, fiscalização e averiguação dos procedimentos gerenciais (SÁ, 2007).

Crepaldi (2009) e Almeida (2010) concordam que as limitações do controle interno são em relação a:

- conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- instrução inadequada dos funcionários com relação às normas internas;
- negligência dos funcionários na execução de suas tarefas diárias (CREPALDI, 2009, p. 366; ALMEIDA, 2010, p. 50).

Também é possível que haja falhas resultantes de mau entendimento das funções, erros de juízo, descuidos ou outros fatores humanos, como a conivência de determinados funcionários para burlar os procedimentos de controle. Dessa forma, os procedimentos de controle podem mostrar-se ineficazes em face desses erros e irregularidades que possam acontecer. O custo do sistema de controle interno não deve ultrapassar seus benefícios, o que é levado em conta para conceituá-lo como proporcionante de razoável certeza da consecução de seus objetivos. Se identificados no sistema de controle interno aspectos passíveis de melhoria, o auditor pode emitir uma carta-comentário (CREPALDI, 2009).

1.3.5 Avaliação do controle interno

De acordo com Crepaldi (2009, p. 370), o processo de avaliação do controle interno consta de três etapas: “[...] o realce do sistema; a avaliação propriamente dita do sistema; a realização de testes de cumprimento de normas internas”.

De acordo com Sá (2007, p. 105), “modernamente o conceito de avaliação dos controles internos tem-se dilatado: além das preocupa-

ções com a ‘confiabilidade’ dos dados, acrescentou-se a da ‘qualidade’ dos mesmos”.

1.4 ESTOQUES

Estoques compreendem o conjunto de recursos materiais em posse de uma entidade econômica. Representam um dos mais importantes ativos do capital circulante das indústrias e empresas comerciais (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Dependendo da atividade econômica, ele pode ter diferentes significados: em uma empresa comercial, é o conjunto de mercadorias destinadas à venda; para uma empresa industrial, é a matéria-prima que passará por transformação; já para uma empresa de serviços, consiste nos materiais à disposição para a prestação desses serviços (MARION, 2008).

As contas dos estoques variam de acordo com o tipo de empresa, mas podem ser divididos nas seguintes categorias: “Produtos acabados e em elaboração; Mercadorias para revenda; Matérias-primas; Materiais de acondicionamento e embalagem, auxiliares, de manutenção e suprimento gerais; Importações em andamento e Almojarifado” (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 75).

Percebe-se assim que a área de estoques deve ser frequentemente controlada devido a sua importância. O controle interno sobre os estoques compreende controles contábeis e físicos (CREPALDI, 2009, p. 524).

Uma das formas de controle utilizada com relação ao estoque são os inventários, conceituados na sequência.

1.4.1 Inventários

Inventário é a contagem física dos estoques para fins de verificação da existência destes, não só dos estoques, mas também do Imobilizado e de tantos quantos se verifique a necessidade de comprovação da existência física. É classificado como inventário permanente e inventário periódico (MARION, 2008).

O inventário periódico é utilizado em empresas que não utilizam o inventário permanente sendo levantado no fim de cada período contábil;

para se chegar ao valor e quantidades dos estoques, é preciso fazer um levantamento, uma contagem (MARION, 2008).

O inventário permanente é um sistema de inventário que permite a obtenção de informações sobre os valores dos estoques e o custo das mercadorias vendidas a qualquer tempo: é uma forma de controle permanente. Esse controle é feito por meio de fichas individuais para cada item do estoque e inventário que contém a movimentação, quantidade, valor unitário e total (MARION, 2008).

Verifica-se que o inventário permanente é mais vantajoso, visto que se têm à disposição as informações sobre o estoque a qualquer tempo, já que o inventário periódico não permite ao usuário levantar a informação a qualquer momento, pois essa informação não existe; é necessário para seu conhecimento proceder a um levantamento e contagem física dos estoques.

Para se atingir os objetivos de pesquisa sobre o tema proposto, necessário se faz conceituar a seguir sobre a microempresa.

1.5 MICROEMPRESA

De acordo com pesquisa publicada pelo Sebrae em 2011, no Brasil são criados anualmente mais de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais. Desse total, mais de 99% são consideradas micro e pequenas empresas e Empreendedores Individuais (EI).

Ainda segundo a mesma pesquisa, as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada. Segundo Dolabela (1999, p. 32 apud VAZ; GOMES, 2011), “a nova organização da produção no mundo coloca a pequena e a média empresa em seu centro. Elas são responsáveis pelas taxas crescentes de emprego, de inovação tecnológica, de participação no PIB, de exportação”.

Micro empresa pode ser definida de acordo com o critério de receita bruta anual, segundo o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei n. 123/2006 [BRASIL, 2006] e o Simples (Lei n. 11.196/2005, [BRASIL, 2005]) também pelo número de empregados, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e o Sebrae. Define-se microempresa:

- quanto à receita bruta - é aquela que tem receita bruta anual de até R\$ 360.000,00;

- quanto ao nº de funcionários, no comércio e serviço - tem até 09 funcionários, na indústria e construção tem até 19 funcionários.

Ressalta-se com pesquisa do Sebrae publicada em 2011, que a sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país. E todos os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis o que torna esse período o mais importante em termos de monitoramento da sobrevivência.

Pesquisa divulgada pelo Sebrae (2005) mostra que a taxa de sobrevivência das empresas constituídas em Mato Grosso do Sul era de 65,4%.

Outro estudo do Sebrae (2007) cita os fatores contribuintes para a sobrevivência dos negócios: maior experiência na atividade; aperfeiçoamento dos produtos/serviços; dedicação exclusiva ao negócio; opção pelo simples; obtenção de empréstimos para MPE's; conhecimento prévio dos clientes; conhecimento prévio dos aspectos legais; conhecimento prévio dos fornecedores.

O mesmo estudo traz como fatores determinantes da mortalidade de empresas: deficiências no planejamento antes da abertura do negócio; deficiências na gestão empresarial, após a abertura do negócio; políticas insuficientes de apoio às empresas; conjuntura econômica deprimida (baixo consumo e elevada concorrência) e problemas pessoais dos sócios-proprietários.

A Lei n. 9.317/96 (BRASIL, 1996), que aprovou o Simples, traz um tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas no que diz respeito à tributação (essa Lei foi substituída pela Lei n. 123/2006 (BRASIL, 2006), mas continua a dar às micro e pequenas empresas o mesmo tratamento diferenciado), reduziu a carga tributária federal e simplificou a forma de recolhimento desses tributos, a declaração de ajuste anual e a escrituração fiscal das empresas enquadradas nesse sistema.

Cabe ressaltar que a adesão é opcional às empresas e também que existem restrições para que a empresa opte pelo Simples. O fato de a empresa ser classificada como microempresa, segundo os critérios de receita bruta anual e n. de empregados, não garante à empresa o direito a aderir ao Simples Nacional, existem vedações na Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

2 METODOLOGIA

De acordo com Andrade (2009, p. 111), “pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”, e complementa dizendo que “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 65), “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos”, e ressaltam que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Tendo em vista a falta de consenso entre os autores no que se refere à tipologia de delineamentos de pesquisas, utilizam-se as tipologias que se acredita de maior aplicabilidade nas Ciências Contábeis, a saber: pesquisa quanto aos objetivos; pesquisa quanto aos procedimentos e a pesquisa quanto à abordagem do problema (BEUREN, 2010).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre determinado assunto (ANDRADE, 2009, p. 114).

Gil (1999 apud BEUREN; RAUP, 2010, p. 80) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato.

Beuren e Raupp (2010, p. 80) escrevem que “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de forma satisfatória anteriormente”.

Portanto esta pesquisa é exploratória, pois não foi constatado nenhum estudo que abordasse o problema em questão na cidade de Dourados.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa será caracterizada como bibliográfica e levantamento ou *survey*. De acordo com Baruffi (2004, p. 59), “a pesquisa bibliográfica é aquela pesquisa que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” e ressalta ainda que “a finalidade da pesquisa bibliográfica é a de colocar

o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (BARUFFI, 2004, p. 60).

Beuren e Raupp (2010, p. 89) acrescentam que “a pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente das contribuições de vários autores sobre determinada temática de estudo”.

Segundo Gil (1999, p. 70 apud BEUREN; RAUP, 2010, p. 85), as pesquisas de levantamento

[...] se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Os dados referentes ao tipo de pesquisa de levantamento ou *survey* podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo que se deseja conhecer (BEUREN; RAUP, 2010, p. 85).

Nesta pesquisa bibliográfica, utilizou-se de livros, artigos e informativos periódicos para ser possível investigar o problema objeto de pesquisa.

Para realizar o levantamento dos dados, fez-se uso de questionário. Na visão de Andrade (2009, p. 136), “para elaborar as perguntas de um questionário, é indispensável levar em conta que o informante não poderá contar com explicações adicionais do pesquisador. Por esse motivo, as perguntas devem ser muito claras e objetivas”.

Também se caracteriza quanto à abordagem do problema como qualitativa e quantitativa. Segundo Beuren e Raupp (2010, p.94), “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados”.

Beuren e Raupp (2010, p. 92) destaca que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

A pesquisa foi realizada sob a forma de acessibilidade junto às empresas que desejaram participar da pesquisa.

Fizeram parte do universo da pesquisa as empresas do ramo de calçados situadas no centro comercial da cidade de Dourados que se localizam no centro comercial. Para fins deste trabalho, considera-se como centro comercial o quadrante compreendido entre a Avenida Marcelino Pires e Avenida Weimar Gonçalves Torres entre as ruas Hilda Bergo Duarte e João Rosa Góes (Figura 1). Assim, inseridos nessas especificidades, foram convidados os participantes desta pesquisa, que foi realizada no 1º semestre de 2013.



Figura 1 - Espaço amostral da pesquisa

Fonte: Google maps (2013)

Foi utilizado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, num total de 27 questões, tendo sido este adaptado de Sá (2007), como sugestão para auditoria de controle interno para estoques.

Após a coleta de dados, as respostas foram tabuladas utilizando-se o programa *Microsoft excell* para se medir as frequências e percentuais de respostas fechadas e procedeu-se à análise quali-quantitativa deles.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O município brasileiro de Dourados localiza-se na região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido fundado em 20 de

dezembro de 1935, pelo então Governador do Estado, Sr. Mário Corrêa da Costa. Nos anos 1990, além do crescimento da agropecuária, o desenvolvimento comercial e de serviços na zona urbana foi decisivo para que Dourados se consolidasse como polo regional, de serviços e agropecuário, além de exercer o papel de município polo do cone sul do Estado. Possui uma localização estratégica, tanto em termos regionais como em relação aos grandes mercados consumidores nacionais e internacionais, sobretudo no que se refere aos países do MERCOSUL. Dourados é a maior cidade do interior de Mato Grosso do Sul. O potencial econômico mais promissor do município encontra-se centrado na atividade agropecuária e agroindustrial.

Fatores favoráveis como relevo, solo especialmente fértil, clima e hidrografia, aliados ao espírito empreendedor dos empresários locais, além do elevado nível tecnológico empregado na atividade agropecuária, têm garantido a Dourados a posição de principal produtor de grãos do Estado. Em situação de destaque, encontra-se também a pecuária que se diferencia pela adoção em larga escala de práticas inovadoras (VALE-RETTO, 2011). De acordo com dados da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul (JUCEMS), o município de Dourados contava com 613 empresas ativas registradas com atividade de comércio varejista de calçados, em 22 de janeiro de 2013.

Foram enviados 15 questionários e obtidos dez respondidos. Os resultados estão apresentados nas tabelas e explicações seguintes, o que configura 66% do universo amostral.

O primeiro item a ser analisado diz respeito ao perfil do respondente.

Quanto ao gênero, 60% são do sexo masculino e 40% são do sexo feminino, o que ainda demonstra que a maioria dos ocupantes dos cargos de chefia das empresas investigadas é do sexo masculino.

Em relação ao cargo dos respondentes, a maioria, 80%, eram gerentes enquanto que 20% se apresentaram como proprietário e vendedor. Em relação à escolaridade, a maioria, 80%, detinha o 2º grau completo; apenas um dos participantes tinha um curso superior e este não tinha relação com o cargo de gerente que ocupava, visto que o curso de formação era na área de pedagogia.

Quanto ao porte da empresa, a maioria, 70%, classificava-se como pequena empresa; apenas 30% eram compostas por microempresas.

Dos entrevistados 70% afirmaram existir em seu estabelecimento uma seção ou departamento responsável pelo estoque.

Demonstra-se com esse dado que a maioria das empresas está preocupada com os seus estoques, pois estes são um dos mais importantes componentes de uma empresa, visto que sua comercialização é que traz resultados para a empresa (IUDÍCIBUS et al., 2010).

No que diz respeito à existência de um responsável pelo almoxarifado, 60% afirmaram que existe um responsável enquanto que 40% disseram que não. Assim, a maioria dos empresários está identificando a necessidade de controlar esses estoques, já que é uma área de risco e sujeita a fraudes (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Em relação a registros permanentes dos saldos de mercadorias, 90% afirmaram a existência desse registro.

Com relação à existência de fichas de estoque e de valores, 90% afirmaram que estas são informatizadas e que os seus registros são informatizados e digitados pelo proprietário ou pelo gerente, o que demonstra a preocupação em controlar os estoques, mas também demonstra que não existe a segregação de funções que a teoria afirma ser uma das principais características de um eficiente controle interno.

Quando questionados se todos os produtos comprados passam pelo almoxarifado, 70% disseram que sim, enquanto 30% disseram que não, o que pode ocasionar desvios e fraudes.

Quando perguntado se quem registra o controle de estoque é subordinado ao almoxarife, 40% disseram que sim, e 60% disseram não.

Sobre a existência de inspetores de estoque, 60% disseram não existir tal pessoa.

Quando perguntados se as diferenças de estoques são relacionadas, 90% disseram que sim, e 90% também disseram que essas diferenças são ajustadas fazendo-se acertos ou dando baixas e ainda afirmaram que são feitas investigações sobre as diferenças.

Em relação às devoluções, 60% disse que são controladas e, na maioria das vezes, esse controle é feito e fiscalizado pelo gerente, o que comprova o acúmulo de funções e mais uma vez a não existência de segregação de funções.

Quando perguntados se os materiais inadequados e obsoletos são relacionados, a metade disse que sim, e a outra metade disse que não.

Dos entrevistados 90% afirmaram não perceber nenhuma possibilidade de desvio nos estoques, e como visto anteriormente, 60% disseram que não existem inspetores de estoque o que poderia contribuir para que não acontecessem desvios.

Quanto à existência de materiais sem movimento há mais de um ano, 90% dos entrevistados disseram que existem, e destes, 60% afirmaram que esses materiais não são relacionados.

Os respondentes foram unânimes em dizer que a seção de recepção oferece boas condições de conferência dos materiais e também em afirmar que as unidades dos materiais estão bem definidas nos controles; quanto à existência de seguro, apenas a metade disse que o estoque é segurado. Por último, quando questionados sobre qual o critério para a definição das quantidades de estoques, metade disse não existir e a outra metade afirmou desconhecer. Não foram constatadas outras observações.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar como as empresas do ramo calçadista situadas no centro da cidade de Dourados efetuam os controles internos em seus estoques. Para tanto foi utilizado o questionário como instrumento de coleta, contendo perguntas abertas e fechadas, num total de 27 questões, tendo sido este adaptado de Sá (2007), como sugestão para auditoria de controle interno para estoques.

Os resultados da pesquisa demonstram que a prática empresarial não está totalmente de acordo com a recomendação dada pela bibliografia estudada. Como já foi dito, os estoques são um dos mais importantes ativos do capital circulante e como tal deve ser bem controlado; a metade dos entrevistados disse não saber se existem critérios para o estabelecimento das quantidades de estoques enquanto que a outra metade afirmou não existir nenhum parâmetro, o que demonstra que não existe uma administração de estoque.

Dos entrevistados 30% afirmaram não existir sequer um departamento responsável pelo estoque nem mesmo um responsável pelo setor.

Como visto anteriormente, o inventário é um dos meios de controle do estoque; quanto a isso, a grande maioria dos entrevistados

afirmou que realizam inventários, relacionam as diferenças, procedem-se ajustes para corrigir as diferenças e ainda fazem investigações sobre estas.

Diante do exposto, fica evidente a importância e necessidade de as empresas investirem em controles internos principalmente nos estoques, que são os ativos mais importantes que uma empresa possui, e, quando bem administrados, gera vantagem competitiva no ramo em que atuam.

Quanto ao objetivo proposto por este trabalho em investigar como as empresas realizam seus controles de estoque, conclui-se que o que é apresentado na literatura não é o que a prática mostra como realidade nessa amostra de empresas pesquisadas.

Recomendam-se outros estudos nesse sentido para aprofundar mais sobre o assunto e também em outros ramos para que se possa conhecer se o que foi encontrado pela pesquisa é uma realidade também em outros setores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução a metodologia do trabalho científico*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ATKINSON, Anthony A. *Contabilidade gerencial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ATTIE, Willian. *Auditoria conceitos e aplicações*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARUFFI, Helder. *Metodologia da pesquisa: orientações metodológicas para a elaboração da monografia*. 4. ed. rev. e atual. Dourados: HBedit, 2004.

BEUREN, Ilse Maria; RAUP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. Cap. 2. In BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. *Lei n. 9.317/1996*. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento

de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9317.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. *Lei n. 11.196/2005*. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. *Lei n. 123/2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CATALÃO - CESUC, ano XIV, n. 24, p. 119-135, 1º set. 2011. Disponível em: <www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d1c2e0bc4ed8a5bf61be53984a68fdc4.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. *Resolução CFC 953/03*. Dispõe sobre a alteração no modelo de parecer referido no item 11.3.2.3 da NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. 2003. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 3 maio 2012.

COLELLA, Victor. *Auditoria controle interno e estoques*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FEA/USP. *Contabilidade introdutória*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. *Auditoria contábil*. 4. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Fundamentos de administração*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. *História*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/ACidade/Hist%C3%B3ria/tabid/63/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. *Curso de auditoria*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. *Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE - Mato Grosso do Sul*. 2005. Disponível em: <www.sebrae.com.br/uf/mato-grosso-do-sul/acesse/estudos-e-pesquisas/pesquisas-empresariais> . Acesso em: dez. 2013.

_____. *Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE - São Paulo*. 2007. Disponível em: <www.sebrae.com.br/uf/mato-grosso-do-sul/acesse/estudos-e-pesquisas/pesquisas-empresariais> . Acesso em: dez. 2013.

_____. *Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil*. 2011. Disponível em: <www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/sobrevivencia>. Acesso em: dez. 2013. SILVA, Adelphino Teixeira da. *Administração básica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VALERETTO.COM. *História de Dourados*. 2011. Disponível em: <http://www.valeretto.com/historia/dourados_2.html> . Acesso em: 18 mar. 2013.

VAZ, Ricardo Acácio de Paula; GOMES, Samuel. Gestão de estoques nas micro e pequenas empresas: um estudo de caso na empresa Madeireira Catalana Ltda. *Revista CEPPG*, Catalão, Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação/Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC, 2011.